

BRR 9.1

A reforma do ensino no Estado de São Paulo: conflitos e disputas (1891-1892)

Lidiany Cristina de Oliveira Godoi; Universidade Estadual de Campinas

BRR 9.2

A cidade de São Paulo e as águas: salubridade, obras públicas e inundações (1850-1922)

Fábio Alexandre dos Santos; Universidade Federal de São Paulo

BRR 9.3

Modernização e turismo na região das Águas Quentes - Goiás, 1970-2010

Hamilton Afonso de Oliveira; Universidade Estadual de Goiás-Morrinhos/GO

BRR 9.4

Produção e venda de gêneros numa metrópole. A constituição do cinturão verde da cidade do Rio de Janeiro e seus impasses 1890-1956

Leonardo Soares dos Santos; UFF

A Economia extrativa da borracha no Amazonas – breve relato de um dos seus insucessos (1910-1912)

Orange Matos Feitosa
Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo e bolsista da
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

Resumo

A proposta deste texto é compreender a partir da leitura dos resultados do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola realizado em Manaus em fevereiro de 1910, publicados no jornal da comunidade peruana La Union, que objetivava debater especificamente a produção da borracha e propor soluções para iminente crise, o porquê dos congressistas não levarem a efeito suas propostas. O Congresso organizado pela Associação Comercial do Amazonas contou com a participação dos Superintendentes regionais, seringalistas, agricultores, comerciantes e delegados dos Estados do Pará, Acre e Mato Grosso e dos países vizinhos Peru, Colômbia, Bolívia e Venezuela que debateram durante uma semana e gerou propostas de acordo com os três grupos debatedores.

Introdução

Três grupos constituídos por um reduzido número de pessoas, por não arcarem com o ônus e os contratemplos da produção, lucraram com a miragem da goma elástica: o aparelho estatal confiscador de 25% da produção, sob a forma de impostos extorsivos; os exportadores, detentores da compra aos aviadores e da venda para o exterior e, a partir de 1909, os intermediários especuladores das bolsas de Nova York e de Londres, açambarcadores da produção brasileira, revendida com lucros enormes às indústrias, logo reaplicados na formação de seringais no Oriente.

Antonio Loureiro, A Grande Crise (1908-1916)

Nos meses iniciais de 1910 os preços da borracha no Mercado internacional estavam elevados como uma “febre” destacou a brasilianista Barbara Weinstein¹, para logo no início do segundo semestre declinar. Os preços da produção haviam passado por oscilações nos anos de 1888-89, 1900-01 e 1907-8, mas voltaram a se equilibrar. Tornou-se perceptível que aos poucos e ao longo das duas últimas décadas da expansão que esse seria o percurso no comércio de exportação da borracha, ou seja, as vendas aumentarem e os preços não acompanharem até a atividade econômica perder a importância no Mercado externo de uma vez por todas.

Os envolvidos naquele contexto imputavam as altas e baixas nos preços às frequentes interrupções nos serviços telegráficos que impediam as flutuações da cotação do produto no mercado estrangeiro, chegassem diariamente aos comerciantes regionais. Porém, talvez por desatenção não fosse reclamado aos poderes públicos competentes fiscalização adequada em relação aos serviços telegráficos ou reforma das regras comerciais que envolvessem o câmbio e/ou porque os exportadores (aviadores) e intermediários (seringalistas ou não) foram incapazes de lidar com a especulação na Bolsa de valores de Nova York e Londres ou porque fecharam os olhos frente aos lucros.

¹WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993. p. 241.

Em 1910, o Inspetor do Tesouro em Comissão² Cyrillo Leopoldo Neves em seu Relatório chamou atenção do governador Antonio Bittencourt para falta de numerário local e propôs a alteração do sistema tributário para diminuir ou amenizar as quedas na receita do estado, posto que estas acompanhassem compulsoriamente as baixas na exportação da borracha. E segundo o relator, essa instabilidade não se devia ao “acúmulo ou superabundância” de produção nos mercados consumidores, mas a ausência de numerário, o motor da especulação entre os consumidores. O inspetor do Tesouro sugeria uma tabela de “taxas móveis” que se executada resolveria a situação de perdas que o Estado vinha sofrendo, apesar do contrabando nas fronteiras com Peru e Bolívia e a impossibilidade de fiscalização devido o emaranhado de rios.

A proposta pretendida destacava a importância do controle da flutuação. Esse sistema alertava Neves, era o ideal para valorização da goma elástica, visto que o comprador/exportador não promoveria a baixa dos preços da produção.

Tabela móvel da porcentagem sobre o valor provável da compra e venda da borracha para cobrança de impostos de exportação

Valor provável da borracha por kilo	Porcentagem	Unidade	Taxa
22\$000 a 25\$000	8%	1 kilo	1\$760 a 2\$000
20\$000 a 21\$999	9%	“	1\$800 a 1\$979
19\$000 a 19\$999	10%	“	1\$900 a 1\$999
18\$000 a 18\$999	11%	“	1\$980 a 2\$089
17\$000 a 17\$999	12%	“	2\$040 a 2\$159
16\$000 a 16\$999	13%	“	2\$080 a 2\$209
14\$000 a 14\$999	15%	“	2\$100 a 2\$399
13\$000 a 13\$999	17%	“	2\$210 a 2\$379
12\$000 a 12\$999	19%	“	2\$280 a 2\$469
11\$000 a 11\$999	21%	“	2\$310 a 2\$579
10\$000 a 10\$999	24%	“	2\$400 a 2\$639
9\$000 a 9\$999	27%	“	2\$432 a 2\$693
8\$000 a 8\$999	31%	“	2\$480 a 2\$789
7\$000 a 7\$999	37%	“	2\$590 a 2\$959
6\$000 a 6\$999	44%	“	2\$640 a 3\$079

Fonte: Relatório apresentado ao ex. Sr. cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt governador do Amazonas por Cyrillo Leopoldo da Silva Neves Inspetor do Tesouro em Comissão. Ano de 1910. Manaus. Secção de obras da imprensa Oficial, 1911. P. 4.

²Relatório apresentado ao exm. sr. cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt governador do Amazonas por Cyrillo Leopoldo da Silva Neves Inspetor do Tesouro em Comissão. Ano de 1910. Manaus. Secção de obras da imprensa Oficial, 1911. pp. 3-4.

Porém, vale destacar que, não seria possível controlar a flutuação dos preços sem controlar a produção. Supondo que o controle da produção permanecesse nas mãos do produtor (seringalista) e a proposta de Cyrillo Neves fosse viável, mas questiona-se por quanto tempo? Já que a atividade extrativista não incorporou um mercado interno e/ou nacional e com a concorrência asiática esta sugestão não passaria de moinho de vento.

Entre 1909 e 1910 o Brasil estava envolvido por intensas crises políticas e sociais devido às querelas das elites nacionais por conta da sucessão presidencial de Afonso Penna. A campanha eleitoral foi agressiva, Afonso Pena indicou Davi Campestre para seu sucessor, mas Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia foram contrários à indicação, assim como Rui Barbosa, Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca. Pinheiro Machado sugeriu o nome de Rui Barbosa, enquanto Lopes Trovão e Lauro Müller indicaram Hermes da Fonseca.

Os militares buscaram o apoio de Pinheiro Machado que inicialmente recusou a aliança, porém o crescimento de Hermes da Fonseca na campanha o induziu a uma aproximação com os hermistas e ao rompimento com Rui Barbosa, que empreendeu sua campanha civilista. Davi Campestre saiu da disputa e Hermes da Fonseca venceu as eleições.

Assim, 1910 não foi um ano tumultuado somente para o Amazonas no Rio de Janeiro eclodiu a revolta da *chibata* gerada pelos marinheiros, que lutavam contra os maus tratos físicos, a má alimentação, os baixos salários e as excessivas jornadas de trabalho.³ Os moradores amedrontados da zona sul fugiram para outros bairros, a capital da República estava alarmada e já se pensava em golpe de Estado⁴ quando os militares do exército entraram em cena e iniciaram o movimento salvacionista objetivando a moralização política, reduzir as desigualdades sociais e derrubar as oligarquias regionais, em especial as vinculadas a Pinheiro Machado.⁵

³SILVA, Marcos Antônio da. **Contra a chibata**: marinheiros brasileiros em 1910. Coleção tudo é história. n. 43.

⁴ARIAS NETO, José Miguel. **Em busca da cidadania**: praças da Armada Nacional 1867-1910. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. P. 267.

⁵Conforme FAUSTO, Boris. **A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930**. In: O Brasil Republicano: sociedades e instituições 1889-1930. V. 2. 5ª. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

Nos meses iniciais de 1910 o comércio da borracha atingiu o ápice da alta de preços no quilo, quase três dólares, conduzindo os investidores ingleses a investimentos febris em “163 firmas para exploração de seringueiras, silvestres ou cultivadas, em 28 diversos países”.⁶ Essa subida nos preços rapidamente se dissipou em maio desvelando que a súbita alta no mercado exportador era passageira, porém, parte dos investidores permaneceu à espera de um reaquecimento no mercado consumidor, que não ocorreu.

Em outubro o jornal *Folha do Amazonas* em seus editoriais⁷ ensaiava a deposição de Bittencourt, denunciava o péssimo estado sanitário de Manaus, a autoritária rescisão do contrato com a Manaus Improvements, acusava-o de corrupto, inimigo das forças de Terra e Mar que movido pela “ambição” traiu o partido Republicano Conservador e seu líder Silverio Nery, dentre outras críticas a sua administração e pessoa. No dia 8 de outubro a mesma folha, na seção ECHOS parabeniza Silverio Nery por seu aniversário e este foi o dia programado para o bombardeio da cidade. No dia seguinte o assunto do jornal era a perda do mandato de Bittencourt deliberado pelo Congresso estadual “por infrigência do art. 43 da Constituição”.⁸

Ressalta-se que esse pavio foi aceso quando Antonio Bittencourt governador eleito divulgou que Antonio Constantino Nery seu antecessor e irmão de Silverio Nery esvaziou os cofres públicos com gastos pessoais, desvios de verbas e um empréstimo de 50.000 ouro com juros de 5% por 50 anos a Sociéte Marseillaise⁹ informando ao Legislativo que aquele valor não entrou nos cofres públicos e endividou o Estado abrindo um buraco na Receita que não mais conseguiu sair do déficit.

⁶ WEINSTEIN, B. Op. cit, p. 241.

⁷ **Folha do Amazonas**, órgão do Partido Republicano Federal, 01/02/ 04/05/07/10 de 1910 números ilegíveis.

⁸ **Folha do Amazonas**, 09/10/1910. Ver Amazonas. Assembleia Legislativa do Estado. Constituições de 1891 a1989. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2002. “Art 43- O Governador não poderá exercer nenhum outro emprego ou função pública, ocupar qualquer cargo de eleição do Estado ou da União, nem tomar parte em qualquer empresa industrial ou comercial, como membro da administração ou como simples associado.” p. 8.

⁹ BITTENCOURT, Antonio Clemente Ribeiro. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Terceira sessão ordinária da sexta legislatura pelo exc. sr. Cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt Governador do Amazonas em 10 de julho de 1909. p. 85. E na Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Segunda sessão ordinária da sétima legislatura pelo exc. sr. Cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt Governador do Estado em 10 de julho de 1911. Após o bombardeio a conclusão da exposição tem caráter acusatório. p. 186-188.

A cisão estava aberta entre Antonio Constantino Nery, Silverio Nery, Sá Peixoto e Bittencourt mesmo sendo membros do mesmo partido político e proprietários do mesmo jornal. Logo, a família Nery começou a tramar e acusaram Bittencourt de traição partidária e o tiraram do partido e posteriormente intentaram sua deposição articulados com Sá Peixoto, vice-governador que aliciou alguns membros do Congresso e aparentemente coagiu outros,¹⁰ forjando uma ata da sessão do dia 7 e ditando a renúncia de Bittencourt. Em suma, podemos pensar no bombardeio de Manaus em 1910, como parte das lutas interinas locais apoiadas por grupos externos e não unicamente como “represália” de Pinheiro Machado.

Em 1911 com os preços do quilo do látex em baixa no mercado externo, a instabilidade econômica e financeira se instalou no Amazonas associada aos conflitos políticos e as tensões sociais, como as greves de estivadores e carroceiros que objetivava melhores salários, os estivadores elementos chave para escoar a produção da borracha para os navios reclamavam: “1º. Reajuste no valor das jornadas; 2º. Regulamentação do tempo normal da jornada em 10 horas dividida em dois turnos; 3º. Garantias do auxílio patronal em caso de acidentes, mortes ou problemas no trabalho”.¹¹

Vale ressaltar que parte da classe patronal formada por aviadores, companhias de navegação, importadores e exportadores acatou a possibilidade de reajustar os salários, mas a Manáos Harbour dirigida pelos ingleses recusou-se em negociar e já buscava recrutar novos trabalhadores, quando a Associação Comercial do Amazonas pressionou a empresa e a polícia cruzou os braços em relação à parada dos trabalhadores; perante essas ações a concessionária do Porto recuou e os estivadores já comemoravam quando a Companhia inverteu o jogo e esvaziou o movimento grevista.¹²

Hermes Rodrigues da Fonseca foi o primeiro Presidente militar eleito no regime republicano e buscou imediatamente aliados na oposição civilista, solicitando a Rui Barbosa auxílio para montar seu Ministério. Em relação às

¹⁰Conforme Mensagem do governador BITTENCOURT, A.C.R. de 10 de julho de 1911. Op. cit., pp .39-90.

¹¹PINHEIRO, M. Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. Manaus: Ed. Valer, 1999. PP. 221-230.

¹² Idem, ibidem.

pastas militares, escolheu pessoalmente os titulares. Duas peculiaridades surgiram nesse governo à nomeação de jovens para ocupar cargos políticos e familiares inseridos na política nacional. Apesar de apresentar um programa de governo dentro dos moldes dominantes: “estabilidade cambial e valorização da moeda” nacional dentre outros,¹³ as crises e as disputas internas não tardaram e a Revolta dos Marinheiros irrompeu em 22 novembro de 1910.

1. O Congresso e suas propostas para Amazônia

O 1º Congresso Comercial, Industrial e Agrícola teve início em fevereiro de 1910 e o jornal da colônia peruana em Manaus *La Union* (LA UNION, 1910)¹⁴ publicou em seu editorial intitulado “El Congreso” as principais conclusões do primeiro Congresso Comercial, Industrial e Agrícola organizado pela Associação Comercial do Amazonas como um dos primeiros apelos à União pela valorização da borracha. Teceu considerações e solicitou aos participantes e poderes públicos ações que alicerçaram posteriormente o malfadado Plano de Defesa da Borracha promulgado pelo decreto n. 2.543 A – de 5 de janeiro e em forma de lei 9.521 em abril, ambos de 1912¹⁵ aprovavam e regulamentavam a execução de medidas em defesa econômica da produção do látex e valorização do produto

Estabelece medidas destinadas a facilitar e desenvolver a cultura da seringueira, do caucho, da maniçoba e da mangabeira e a colheita e beneficiamento da borracha extraída dessas arvores e autoriza o Poder Executivo não só abrir os créditos precisos á execução de tais medidas, mas ainda a fazer operações de credito que para isso forem necessárias. (Coleção de Leis, 1915, p. 7)

¹³ CARONE, Edgard. **A República Velha II** - Evolução política (1889-1930). 4º Ed. São Paulo: Difel, 1983. pp. 255-257.

¹⁴A escolha deste jornal em especial foi devido à publicação dos resultados do Congresso. A Revista da Associação Comercial do Amazonas. n°. 21 de 05 a 24.03.1910 também editou as recomendações do Congresso. Não encontrei nos jornais do Amazonas publicados em 1910 comentários sobre o referido Congresso. Antonio Loureiro reproduziu a publicação da Revista da Associação Comercial do Amazonas.

¹⁵COLLEÇÃO DAS LEIS da República dos Estados Unidos do Brasil de 1912. V. I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1915 e V. II. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1916.

O Plano de Valorização da Borracha seria apoiado pela Superintendência de Defesa da Borracha que o executaria, todavia, efetivamente não trouxe melhoria para situação e teve pouco tempo de vida. Segundo, o deputado amazonense Luciano Pereira da Silva¹⁶ não menos que irmão do superintendente Raymundo Pereira da Silva, o Plano apesar de ter tido curta duração de “um ano e cinco meses e dezoito dias”, funcionando somente como uma repartição pública sem atividades efetivas – devido o corte do orçamento pelos congressistas –, “trouxe grandes serviços ao nosso país”.¹⁷

Por suas propostas, o Congresso buscava soluções a médio e longo prazo porque o colapso econômico ainda não havia atingido a região Norte, mas os investidores locais temiam a qualidade do produto do concorrente estrangeiro; e assim, os debates gerados pelo primeiro grupo, dos Comerciantes, apresentaram dez recomendações e sugeriu aos poderes públicos: rever os fretes em relação aos gêneros alimentícios na tentativa de diminuir os preços devido às necessidades de consumo dos seringueiros; melhoria nas condições de trabalho nos seringais; conceder direitos diferenciais à navegação; desobstruir os rios; premiar as Companhias de navegação para reduzirem o valor dos fretes e o tempo de viagem; solicitar ao governo federal a diferenciação dos impostos de exportação para as embarcações, assim como a intervenção nas legações da Europa e Estados Unidos para que estas por sua vez interfiram nas suas Câmaras de comércio para cotarem o látex do Vale amazônico; solicitar à Associação Comercial do Amazonas a organização de uma empresa de navegação; sugerir ao governo local e federal a construção de uma linha férrea entre Manaus e o município de Itacoatiara e ali fundar um núcleo colonial; estender o telégrafo até as vilas de Silves e Urucará e por fim, recomendavam ao governo estadual que efetuasse melhorias nos municípios de Barcelos e São Gabriel na região do Alto Rio Negro, devido à deficiência da navegação nestas localidades impedir a exploração do extrativismo.

É interessante destacar que quando se tratava das melhorias das condições do trabalho nos seringais o debate parecia encolher, dizendo de outro

¹⁶SILVA, Luciano Pereira. **Defesa Econômica da Borracha**. Discurso pronunciado nas sessões de 10 de julho, 7 de agosto, 27 de setembro e 1 de outubro de 1912 da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Typ. do ‘Jornal do Comercio’, 1913. PP. 581-594.

¹⁷ Idem, ibidem.

modo, o sustento dos seringais estava nas mãos dos extratores, mas estes não eram a prioridade nas reuniões que se examinavam os obstáculos de crescimento da produção. Não se mencionava, ao menos não é visível na documentação compulsada que, para modificar as condições dos trabalhadores nos seringais e consequentemente aumentar a capacidade de produção, fazia-se necessário a regularização do trabalho que introduziria: o assalariamento e não mais a troca da produção por mercadorias, assistência sanitária, visto que o beribéri e a malária era uma constante na floresta; redução da jornada de trabalho, alimentação adequada e vendida a preços baixos, suprimentos de materiais fornecidos pelos seringalistas a menores custos e descanso semanal dentre outros elementos reorganizadores das condições de produção; somado a isso, para os seringalistas, estabelecer melhorias nas condições de trabalho, significava abrir mão de lucros exorbitantes extraídos dos débitos das mercadorias adquiridas pelos seringueiros¹⁸ e renegociar os investimentos com as Casas Aviadoras.

Os comerciantes consideravam o tráfego fluvial como imprescindível para o desenvolvimento regional e ambos não poderiam ser indissociados. As transações comerciais se pautavam no barateamento dos transportes que impulsionaria o crescimento de investidores na compra de embarcações particulares, inibiria o monopólio das grandes Companhias e aumentaria os negócios. A expansão econômica baseada na valorização da borracha tornou insuficiente a frota fluvial privada e até as companhias “Cia. Fluvial” e a “Cia. do Amazonas, de Mauá”¹⁹ abriram falência e foram absorvidas pela The Amazon Steam Navigation Company administrada em Londres e portadora de promessas que no final das contas não cumpriu, isto é, não satisfaz as necessidades do intenso tráfego que o mercado internacional exigia.

A crise mostrou uma de suas faces já em agosto de 1910 quando o contrato entre governo federal e a The Steam Amazon Navigation Company foi encerrado. A Associação Comercial do Amazonas solicitou ao ministro da Viação e Obras Públicas a prorrogação do prazo até a chegada de outra

¹⁸“Convida realmente á meditação uma tal desproporção que varia, para uma mesma quantidade de mercadoria desde 354\$, seu custo no Rio de Janeiro, a 389\$375 no Pará, passando a 720\$888 no Acre, para ser faturada ao miserável seringueiro por 1: 386\$635”. DOCUMENTOS PARLAMENTARES. Op. Cit., p. 402.

¹⁹BITTENCOURT, Agnello. **A Navegação do Amazonas & Portos da Amazônia**. Coleção documentos da Amazônia n. 53. Manaus: edições Governo do Estado, 2001. p. 17. Fac-similado.

companhia o que ocorreu em 1912 com a chegada da londrina The Amazon River Steam Navigation Company Limited, subsidiada e “isenta dos impostos de importação de todos os materiais e víveres para o consumo de bordo”²⁰ dispondo de “47 navios” e propondo suprir as necessidades locais, porém, não trouxe maiores benefícios à Amazônia. Talvez porque fosse difícil navegar em “cursos d’água não domesticados ou acidentados que, em alguns casos, não dão calado durante vários meses por ano”²¹.

O segundo grupo, o da indústria extrativa propunha a necessidade urgente da plantação da seringueira na região Norte, salientando que a iniciativa deveria partir dos Estados, municípios, associações agrícolas e comerciais; concessão de terras devolutas para o cultivo e redução dos impostos de exportação para borracha cultivada; divulgação das vantagens das plantações; distribuição de sementes; aconselhamento aos seringalistas de plantar e replantar nas “estradas atuais”; plantação em roças no interior da floresta; recomendação aos governos de propagação na Europa e Estados Unidos das vantagens de investimento na economia gomífera do Vale Amazônico; promoção e abertura de novos seringais e sugestão aos governos federal e dos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso para uniformizarem os preços da venda de terras para cultivo da goma elástica, adotando o menor preço de venda para os três Estados.

Também aconselhava aos governos a criação de leis protecionistas da árvore do látex recomendando a manutenção de “reservas florestais” e a proibição do corte; sugeria a plantação da *hevea brasiliensis* e demais árvores gomíferas; adoção das ideias de Jacques Huber expostas em seu trabalho ‘processo de extração do látex da *hevea brasiliensis*; requeria aos governos dos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso o envio de um emissário aos países que obtiveram êxito com o cultivo da borracha buscando estudar e averiguar os meios usados para o cultivo e preparo da goma e publicar em informes; sugeria aos governos federal e dos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso e países vizinhos à montagem de exposições “permanentes” da produção de borracha com função educativa e representantes “competentes” com laboratórios anexos;

²⁰Idem, p. 20.

²¹ MENDES, Armando. **Viabilidade Econômica da Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1971, p.4.

propuseram aos seringalistas que não descuidassem das técnicas de defumação que poderiam ser aperfeiçoadas facilitando o trabalho e defendendo a saúde dos seringueiros.

Solicitavam ainda aos governos a isenção de impostos de entrada de qualquer máquina de corte e preparo da goma elástica no Vale Amazônico; condenavam qualquer processo de coagulação por meio de ácidos ou alumínio (sulfato de alumínio e potássio) que depreciassem a goma e prejudicassem os seringueiros e a arrecadação; buscavam junto aos governos federal e do Amazonas, Pará e Mato Grosso e repúblicas vizinhas que legislassem reprimindo a fraude na fabricação da borracha misturada com resina de outras árvores, na classificação do produto e procedência. E por fim, chamavam atenção dos governos e comércio para a necessidade de identificar as diversas qualidades de borracha, assim como a origem e exibi-las nas exposições permanentes do produto.

A ênfase do segundo grupo no cultivo das seringueiras demonstra a preocupação que alinhava ao cultivo a venda de terras a preços baixos, redução de impostos de exportação, aperfeiçoamento da técnica de coagulação, distribuição de sementes, replantio de estradas e atrair investidores estrangeiros.

Em se tratando das plantações esperava-se surgir nas propostas o tempo exigido para o plantio e replantio, seis anos em média para a semente se tornar árvore para corte e quanto mais madura uma árvore melhor sua produção²². Acrescenta-se que, a plantio em grande escala além de ser dispendioso, exigiria uma efetiva reformulação na base econômica dos seringais, entretanto, seringalistas, aviadores (intermediários), exportadores e importadores e governos locais cada qual com uma parte na absorção dos lucros, acomodaram-se na tentativa de incorporar mudanças e estimavam que a concorrência asiática arrefecesse.

Debatendo sobre as técnicas de finalização do produto os congressistas eram favoráveis a manutenção da coagulação pela defumação apesar de saberem que adoecia o seringueiro com a inalação cotidiana da fumaça podendo levá-lo à

²² CASTRO, Raymundo C. Monteiro de. **Cultura e exploração da borracha no Valle do Amazonas**. Mandado publicar pela Associação Comercial do Amazonas (distribuição grátis). Manaus: ACA, 1913.

morte e que, a técnica indígena não era para produzir em grande escala; talvez importasse somente a arrecadação oriunda dos lucros obtidos com a venda da borracha.

Quanto à sugestão de enviar um representante para estudar o plantio no seringais do Oriente desviava a atenção de problemas reais, pois a seringueira era nativa, qual seria a dificuldade em seu plantio? Salienta-se nenhuma, apenas os seringalistas e comerciantes ansiavam por lucros rápidos, o plantio era desvantajoso em relação ao tempo de espera para o corte da árvore e talvez precisassem contratar mais trabalhadores porque não seria possível aos seringueiros semear e produzir conjuntamente, haja vista que a produção diária consumia dos extratores aproximadamente 12 a 14 horas.

Ao contrário do que se esperava, a proposição sobre a fraude na produção demonstra que os comerciantes não saíram da superfície do problema, caso não tenham se voltado para os maus tratos e as péssimas condições de trabalho do seringueiro. A fraude existia, contudo, pode-se questionar o porquê dos seringueiros misturarem a “pele” como era denominado o produto final defumado, a outras resinas, pedras, areia, farinha de macaxeira? Certamente como resistência a intensa exploração do trabalho, para receber um pouco mais no pagamento semanal ou mensal e quem sabe se livrar das dívidas que cresciam a cada compra de equipamentos e gêneros de primeira necessidade no armazém do “patrão” que cobrava “até dez vezes mais do que o preço em vigor no Rio de Janeiro”.²³

O terceiro e último grupo de congressistas, os agricultores, chegou as seguintes conclusões: premiação para os agricultores que cultivassem hévea (seringueira) e cacau; redução dos impostos de exportação para hévea e cacau; redução dos impostos de fretes para hévea e cacau nas embarcações subsidiadas; premiação para pequenos agricultores cultivadores de cereais, algodão e outros produtos; distribuição de sementes e mudas, assim como instruções aos interessados; intervenção dos governos estaduais ante ao governo federal para isenção dos instrumentos de exploração e construção, animais de trabalho e produtos químicos que combatessem doenças em animais e vegetais; garantia de

²³WEISNTEIN, B. Op. Cit., p. 43.

dez anos as empresas nacionais e estrangeiras investidoras na plantação de seringueiras, devendo o governo estabelecer o numero de investidores e de 50.000 exemplares plantados por empresa no prazo de cinco anos.

Caberá aos governos a fiscalização dos contratos e serviços das empresas de cultivo; os investidores receberão dos governos sem prejuízo financeiro aos estados todas as garantias, assim como terras gratuitas devolutas; premiação para os criadores de gado que importassem gado de raça aclimatável a região e com registro genealógico; fiscalização sanitária para importação de gado seja para reprodução seja para consumo, combatendo a epizootia. “criação de departamentos de agricultura”²⁴ nos Estados, campos de demonstração e “estações agrônômicas, laboratórios, etc”; solicitação ao Ministro da Agricultura para dividir a delegacia agrícola do Estado do Pará e Amazonas, devido à extensão territorial de ambos Estados que dificulta os transportes e o tempo de viagem no deslocamento entre um lugar e outro dentro de cada Estado.

Os agricultores insistiram no cultivo da hévea, cacau, cereais, algodão e outros produtos e criação de gado como elementos que contribuiriam para o progresso da região. Enquanto o grupo dos comerciantes sugeria o barateamento dos produtos importados, o grupo dos agricultores recomendava a criação de roçados para produção de alimentos. Talvez ambos os grupos não tenham discutido que nos seringais o “patrão” interditava os seringueiros de fazer seu roçado e produzir seus alimentos, diminuindo parte do problema, pois para os seringalistas a produção da borracha era incompatível com a agricultura de subsistência, a coleta do látex não poderia parar e sendo assim, esta situação continuaria a passos largos

O Congresso comercial, industrial e agrícola definiu as proposições gerais, destacando que a febre amarela e o paludismo eram inimigos do “progresso e da prosperidade do Amazonas”²⁵ e solicitava ao governo federal e dos Estados do Pará e Amazonas um “serviço completo de profilaxia dessas enfermidades”, como também uma comissão permanente de visitaçao aos

²⁴ **La Union**. Manáos, 1 de abril de 1910. Ano VII. N. 197. P. 7.

²⁵ **La Union**. Manáos, 1 de abril de 1910. Ano VII. N. 197.

seringais, assistindo e medicando os doentes e distribuindo medicamentos aos mais pobres.

Recomendando aos fretadores e proprietários de embarcações que transportassem mais de cem passageiros que tivessem assistência médica a bordo. Enfatizando aos seringalistas as vantagens de contratar isoladamente ou com o vizinho, um médico, semelhante aos fazendeiros providentes e progressistas de São Paulo.

Sugeriu aos poderes públicos e aos capitalistas e comerciantes o estabelecimento de cooperativas ou sindicatos agrícolas em benefício da indústria extrativa, e aos governos do Pará e Amazonas sugeriu a divulgação contínua e favorável à região através da imprensa ou livros, seja para os países estrangeiros seja para o Sul do país, para que se dissipem as ideias “errôneas e inexatas” acerca do norte do Brasil.

O Congresso também recomendava ao governo da União e com auxílio das prefeituras do Acre, dos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso e representantes federais: a criação de um Banco com agências nos municípios do Vale Amazônico. E para o aumento populacional na zona rural, sugeria melhorias na navegação fluvial, especialmente, nos trechos do Rio Negro, Santa Izabel à Cucuí, Rio Branco à São Joaquim e do Rio Purús à cachoeira de Chandless e a construção de estradas de Cameté ao Alto Xingu, de Itaituba ao Rio São Miguel, de Almeirim à nascente do Parú e de Manaus a Conceição do Urubu e fronteiras.

As recomendações chegam ao fim com a sugestão de instalação de hospedarias em Belém e Manaus; dez hospitais com pequenas colônias; colonização de fazendas nacionais no Rio Branco, município de Óbidos no Pará; seis fazendas modelos de criação de gado e de agricultura no Pará (Ilha de Marajó e Bragança), no Amazonas (Rio Branco e Manacapuru) Acre (Xapuri e Cataí). Destacam a melhoria da qualidade da goma elástica e o estudo da produção do “Sernambi” está elevado em relação a “Borracha fina”.²⁶

²⁶REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O Seringal e o seringueiro**. 2ª. Ed. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/EDUA, 1997. P.192. Segundo o autor a “classificação que durante muito tempo funcionou e que podemos chamar de clássica, era: ‘borracha fina’, ‘entrefina’, sernamby virgem’ e ‘sernamby rama’.

2. Considerações em torno do insucesso do Congresso comercial, industrial e agrícola

Segundo Barbara Weinstein o Congresso reuniu representantes políticos e comerciantes paraenses que deixaram de lado as velhas disputas políticas para com o Amazonas e “jornalistas do Rio, Paris, Nova York e Londres”,²⁷ apesar de não passar de “uma versão diluída da proposta de Ferreira Teixeira”²⁸ deputado paraense que em 1909 levou para o legislativo o ‘projeto para Defesa da Indústria da Borracha’

O projeto oferecia incentivos aos pretendentes a cultivadores de seringueira, que variavam desde a concessão gratuita de terras e transporte para equipamentos e trabalhadores, até a garantia de juros de 5% sobre a metade do capital investido e 50% de redução nas taxas de exportação. Em troca, os beneficiários seriam obrigados a plantar um mínimo 20.000 héveas por ano, nos dois primeiros anos, e talvez por mais tempo.²⁹

Percebe-se pela afirmação de Weinstein que a autora desconhecia as leis que já existiam no Amazonas como tentativa de racionalização da plantação de seringueiras. Lei n°. 322, de 18 de setembro de 1900, estabelecia premiação de “dois contos de réis ao criador ou agricultor que plantasse e tivesse, em estado de florescer, mil cafeeiros ou cacauzeiros, ou duas mil seringueiras”.³⁰ Lei n°. 503, de 1906, estabelecia premiação de um conto de réis para dez cultivadores de “duas mil seringueiras, e outros dez, de 500\$000, para igual numero de cacauzeiros. Um prêmio especial de 10 contos era estabelecido para 20.000 seringueiras de plantio [...]”.³¹ Parece existir alguma semelhança entre as leis promulgadas em 1900 e 1906 no Amazonas e o projeto de Ferreira Teixeira.

A ‘fina’ é a melhor, de acabamento mais cuidado, resistência, impermeabilidade e durabilidade mais vigorosa. [...] A entrefina é a borracha obtida do látex que, não trabalhado imediatamente pelo seringueiro, alcança um estado grumoso ao ser levado à defumação. [...] Os sernambys constituem as espécies más. Ora são resíduos do látex que caem ao solo e se misturam à terra, ora látex que escorre das incisões feitas nas madeiras e é encontrado ao longo da árvore.”

²⁷ WEINSTEIN, B. Op., cit., p.255.

²⁸ Idem, ibidem.

²⁹ WEINSTEIN, B. Op.cit., p. 254.

³⁰ LOUREIRO, A. j. S. **A Grande crise (1908-1916)**. Manaus: T. Loureiro & Cia., 1985. P.43

³¹ Idem, ibidem.

O Congresso encerrou com um total de 50 proposições que não saíram do papel apesar de terem fornecido a estrutura para o Plano de Valorização da Borracha ou Plano de Defesa da Borracha transformado em lei em 1912.

Esse insucesso do Congresso se deve a muitos fatores e o principal: seus participantes que compunham a elite política e econômica regional foram os maiores responsáveis pela crise que invadiu a região e não a abandonou. Talvez por terem se acomodado aos lucros imediatos e permitido a concorrência do produto inicialmente similar aos poucos tornar-se superior ao produzido na Amazônia. Segundo, eram conhecedores que os seringais mais próximos das capitais: Manaus e Belém estavam esgotados, mas não investiram no cultivo e nem em outras terras devido as enormes distâncias, somado a isso, seringalistas e demais estudiosos consideravam a defumação inigualável não buscaram novas técnicas no processamento do produto.

Terceiro, os impeditivos de crescimento da produção estavam presentes nos seringais: trabalho não assalariado, grandes jornadas de trabalho resultando em menor produção, doenças não assistidas, péssima alimentação, sistema de crédito “lesivo”, pois o seringueiro não saldava suas dívidas devido aos elevados preços dos gêneros de abastecimento. E os seringalistas, aviadores e administradores estaduais nem por um momento pensaram na importância da introdução de mudanças no sistema de aviamento, investiram nos transportes, insistiram no aumento da produção e da comercialização.

Nesse sentido, o sistema de trabalho implantado nos seringais imobilizou o aumento da capacidade produtora que, estava amarrada as condições de trabalho na floresta como as piores possíveis: calor e chuvas intensas que conduziam ao transbordamento dos rios impossibilitando o corte e coleta do látex durante metade do ano, conflitos entre indígenas e seringueiros motivados pela invasão de suas terras, doenças tropicais, sem mencionarmos as mortes por conta de ataques de animais, dentre outros obstáculos à expansão.

E por último, esses comerciantes edificaram uma economia centralizadora que se opunha a diversificação ou a outras formas de investimentos produtivos, rejeitava inovações e se tornou dependente do Mercado externo, dados indicadores de sua falência. Em poucas palavras, os resultados do Congresso não foram significativos, talvez porque em fevereiro mês de realização do Congresso, os preços do quilo da borracha atingia seu ápice e os congressistas estavam satisfeitos. Apressaram-se

somente quando a crise invadiu a região, mas já não havia dinheiro nos cofres públicos para financiar suas propostas ambiciosas e pouco funcionais e a região Norte pagou um preço alto por esse descuido: não mais interessava ao governo federal.

Fontes documentais

Folha do Amazonas, 1910

La Union, 1 de abril de 1910. Ano VII. N. 197.

BITTENCOURT, Antonio Clemente Ribeiro. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Terceira sessão ordinária da sexta legislatura pelo exm. Sr. Cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt Governador do Amazonas em 10 de julho de 1909.

BITTENCOURT, Antonio Clemente Ribeiro. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Segunda sessão ordinária da sétima legislatura pelo exm. Sr. Cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt Governador do Estado em 10 de julho de 1911.

BITTENCOURT, Agnello. **A Navegação do Amazonas & Portos da Amazônia.** Coleção documentos da Amazônia n. 53. Manaus: edições Governo do Estado, 2001. p. 17. Fac-similado.

CASTRO, Raymundo C. Monteiro de. **Cultura e exploração da borracha no Valle do Amazonas.** Mandado publicar pela Associação Comercial do Amazonas (distribuição grátis). Manaus: ACA, 1913

COLEÇÃO DAS LEIS da República dos Estados Unidos do Brazil de 1912. V. I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1915 e V. II. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1916.

Relatório apresentado ao exm. Sr. cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt governador do Amazonas por Cyrillo Leopoldo da Silva Neves Inspetor do Tesouro em Comissão. Ano de 1910. Manáos. Secção de obras da imprensa Official, 1911.

SILVA, Luciano Pereira. **Defesa Economica da Borracha.** Discurso pronunciado nas sessões de 10 de julho, 7 de agosto, 27 de setembro e 1 de outubro de 1912 da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Typ. do 'Jornal do Comercio', 1913. PP. 581-594.

Referências Bibliográficas

ARIAS NETO, José Miguel. **Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional 1867-1910**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

CARONE, Edgard. **A República Velha II - Evolução política (1889-1930)**. 4º Ed. São Paulo: Difel, 1983.

FAUSTO, Boris. **A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930**. In: O Brasil Republicano: sociedades e instituições 1889-1930. V. 2. 5ª. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LOUREIRO, Antonio J. S. **A Grande crise (1908-1916)**. Manaus: T. Loureiro & Cia., 1985.

MENDES, Armando. **Viabilidade Econômica da Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1971.

PINHEIRO, M. Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. Manaus: Ed. Valer, 1999.

REIS, Arthur C. F. **O Seringal e o seringueiro**. 2ª. Ed. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/EDUA, 1997.

SILVA, Marcos Antônio da. **Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910**. Coleção tudo é história. n. 43.

WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.